

Sem embargo, de premissas mentais só se chegam a conclusões mentais e, portanto, não há acréscimo real de conhecimento, só virtual. Aliás, essa é a crítica de Kant ao Argumento Ontológico de Anselmo e a maior crítica que o Cogito Cartesiano sofre há cinco séculos.

Robson de Oliveira Silva

*Conhecimento & Diversidade, Niterói, n. 12, p. 78–89
jul./dez. 2014*

Hermenêutica e ciência: Hans-Georg Gadamer e Thomas Kuhn

Hermeneutics and science: Hans-Georg Gadamer and Thomas Kuhn

ROBSON DE OLIVEIRA SILVA*

Resumo

É possível ouvir Immanuel Kant dizer que se deve ter coragem de servir-se do próprio entendimento na labuta científica; também é possível ouvir posturas científicas influenciadas por este mesmo *leitmotiv*, que têm como princípio apenas o que pode ser provado, afirmar que nenhum conhecimento será aceito se não se encaixar nas novas normas de cientificidade. Ambas as posturas são, como se percebe, movimentos de resistência ao conhecimento recebido do passado, tido pelos representantes do *Aufklärung* como desvios que configuram um tipo de conhecimento acrítico. Entendemos que a respeito desta questão, Hans-Georg Gadamer e Thomas Kuhn têm algo interessante a dizer. Empreendemos, então, uma pesquisa tentando compreender se há alguma aproximação entre eles ou se ambos acabam por se mover em direções distintas.

Palavras-chave: Hermenêutica. Hans-Georg Gadamer. Thomas Kuhn. Filosofia da Ciência. Science Studies.

Abstract

You can listen to Immanuel Kant say that one must have the courage to serve his own understanding of the scientific labors; you can listen also scientific postures influenced by this same "leitmotiv" claim that no knowledge will be accepted if it does not fit the new standards of scientificity. Both positions are movements of resistance to received knowledge from the past,

* Doutor em filosofia pela UERJ; Pesquisador da Unipli/Anhanguera; Professor da PUC-RJ, do Instituto Filosófico e Teológico São José – Niterói/RJ e da FGV Online; Email: robson@robsonoliveira.pro.br

taken by representatives of the *Aufklärung* as deviations that constitute a kind of uncritical knowledge. We understand that on this issue Hans-Georg Gadamer and Thomas Kuhn have something interesting to say. Then we undertook a research trying to understand if there is some approximation between them or if they both end up moving in different directions.

Keywords: Hermeneutics. Hans-Georg Gadamer. Thomas Kuhn. Philosophy of Science. Science Studies.

Introdução

Desde Renée Descartes, passando pelo final do século XVII e por Immanuel Kant, assistimos um crescente descrédito dos conceitos de história e de tradição, promovido pelo movimento denominado *Aufklärung* (Esclarecimento). Este descrédito aumentou ainda mais no final do século XIX e no século XX, especialmente com o Círculo de Viena entre as décadas de 1910-50 e as noções de ciência que ele veiculou como as mais acertadas. Sem embargo, não é demais afirmar que a Filosofia Moderna e Contemporânea se caracterizam pelo esforço de extirpar tudo o que se refere ao recebido de outrem ou à tradição, muitas vezes identificadas à metafísica, isto é sem sustento racional empírico. De um lado é possível ouvir Kant dizer, em nome do Esclarecimento, que se deve ter coragem de servir-se, na empresa do pensamento filosófico, do próprio entendimento na labuta científica¹; de outro ouvimos posturas científicas influenciadas por este mesmo *leitmotiv*, que têm como princípio apenas o que pode ser provado ou formalizado, afirmarem que nenhum conhecimento será aceito se não se encaixar nas novas normas de cientificidade, a saber, o cientificismo ou a matematização.

Ambas as posturas são, como se percebe, movimentos de resistência ao conhecimento recebido do passado, tido pelos representantes do *Aufklärung*, em sua vertente filosófica ou científica, desvios que configuram um certo tipo de conhecimento acrítico. Entendemos que a respeito desta questão, Hans-Georg Gadamer e Thomas Kuhn têm algo interessante a dizer. Empreendemos então uma pesquisa acerca da noção de Tradição em nossos autores, tentando compreender se há alguma aproximação entre eles, ou se ambos acabam por se mover em direções distintas.

O motor desta pesquisa será a frase de Emílio Betti, primeiro opositor de Gadamer desde a primeira edição de Verdade e Método (1960). Ele nos assegura:

Um objeto fala, e pode ser ouvido de um modo correto ou incorreto, precisamente porque nele há um significado objetivamente verificável. Se o objeto não é diferente do seu observador, e se não fala por si mesmo, para quê então escutá-lo (BETTI apud PALMER, 1969, p. 65).

¹ No início do seu artigo *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* 1784.

De fato, neste ponto Gadamer e Betti não rivalizam porque, também segundo Gadamer (1999, p. 405), “quem quer compreender um texto deve estar pronto a deixar que ele lhe diga algo”. Mas ainda que as posturas se pareçam muito, elas se diferem em um ponto fundamental: o modo como se ouve o objeto. Embora Betti (apud PALMER, 1969) e Gadamer (1999), como se disse, entendam que a objetividade consiste em saber ouvir o que o objeto fala, ao leitor atento não escapa a sensação que ainda assim eles tratam o conceito de forma distinta. A reflexão demonstra que o ponto divergente é o modo como o objeto é ouvido. Parece que a meta de Betti (apud PALMER, 1969) é ouvir o objeto ao modo de quem fala, isto é, ao modo do objeto; enquanto Gadamer (1999) quer ouvi-lo ao modo de quem escuta, isto é, ao modo do sujeito.

Ora, tais posturas são diametralmente opostas embora pareçam por demais semelhantes. O princípio filosófico clássico reza que o cognoscível está no cognoscente ao modo do cognoscente. Este princípio é a variação epistemológica do princípio metafísico, o qual reza que o recebido está no recipiente ao modo do recipiente. Ora, o interpretado não está no intérprete ao modo do interpretado, como diria Betti (apud PALMER, 1969). Pelo contrário, a flor não está no olho do jardineiro ao modo da flor, mas sim ao modo do jardineiro. Ou o olho do jardineiro adquire o aroma da flor ao contemplá-la? Ou a aspereza da rocha ao visualizá-la? De fato, não é isso que ocorre. Com efeito, é este princípio aristotélico que garante a multiplicidade do real: sobre o mesmo texto (sobre a mesma impressão, sobre a mesma experiência, etc.) há várias interpretações possíveis e corretas, muito embora não redutíveis umas às outras.

No entanto, há posturas científicas que ainda esperam ouvir o objeto do jeito que ele fala. Talvez uma frase que ilustre bem esta expectativa seja aquela que reza que “a natureza está escrita em caracteres matemáticos”². A tarefa humana, segundo essa noção de ciência, é entender a língua da natureza e traduzi-la. Para refletirmos sobre este aspecto da ciência hodierna, tentaremos abordar este tema sob dois: no modo da tradução cientificista e da tradução matematizada.

Se a querela teórica entre realistas e idealistas ainda não acabou; se dedutivistas e indutivistas não baixaram as armas na ceara das cátedras, no campo da prática científica o panorama também é o mesmo. De um lado, famosos cientistas defendem que o critério de verificabilidade de uma boa tradução da natureza, isto é a boa audição de sua fala, é a confrontação com os resultados experimentais; de outro, cientistas não menos célebres limitam-se a investigar a coerência interna entre os juízos, conjugada a uma harmoniosa “convivência” com as teorias consagradas: para que haja boa tradução, basta que o traduzido e a tradução não conflitem. Tais posições a respeito do conhecimento se opõem mutuamente de modo que a afirmação de uma resulta na negação de sua contraditória. E ainda que concordem so-

² Ditado atribuído a Galileu Galilei.

bre a impossibilidade de compararmos absolutamente o teor de veracidade de teorias opostas³, relativamente se pode afirmar que uma ou outra é verdadeira: de fato, entre contraditórias *tertio non datur*⁴. Nosso objetivo nesta primeira aproximação do problema é identificar as notas de verificabilidade de traduções mais comuns na prática científica hodierna.

Ultimamente não é raro ouvir que “a toda lei que a física formular, a realidade oporá mais cedo ou mais tarde o brutal desmentido dum fato... Foi por causa de um pedaço de âmbar friccionado com lã não obedecer às leis do peso que a física criou as leis da eletrostática” (DAUJAT, 1964, p. 27). Ou ainda é possível que ouçamos Lord Kelvin dizer o contrário: “todo conhecimento que não pode ser expresso em números é de qualidade pobre e insatisfatória” (BLACKWOOD et al, 1962, p. 3).

Como a contradição a partir de seus próprios princípios sempre foi sintoma de falsidade⁵, senão de ambas as hipóteses ao menos de uma delas, parece-nos não ser possível sustentar que, tratando-se do mesmo assunto (a origem do conhecimento), sob o mesmo ponto de vista (do conhecimento verdadeiro) e num mesmo momento, a veracidade dos juízos seja propriedade comum a juízos contraditórios. De fato, entre juízos que se excluem mutuamente, a saber: ou o conhecimento verdadeiro se verifica pela possibilidade de ser quantificado, ou pela confrontação com a experiência, não há alternativa⁶. Portanto, deduzimos que a prática destes dois grupos exemplificados, por serem contraditórios, configura-se como realmente distintos: adequação de uma teoria com o real e adequação de uma teoria com o pensamento nos parecem ser os dois grandes filões da Teoria Científica atual. Como não são redutíveis uma a outra, as noções expostas ganham o *status* de um problema epistemológico porque o valor de verdade de uma teoria científica, a qualidade de sua tradução, se verifica ou pela confrontação experimental, ou pela coerência lógica.

Entendemos que esboçada a linha principal que distingue duas posturas contraditórias a respeito do conhecimento, a saber: a adequação com o

³ Segundo se sabe desde Kuhn, não se pode comparar o valor de verdade de duas teorias distintas pois partem de premissas diversas (Paradigmas), com métodos diferentes e às vezes com objetivos distintos. Apenas estes argumentos bastariam para se evitar um juízo absoluto sobre a verdade de uma teoria científica. No entanto, isto não significa que juízos contraditórios possam ser, simultaneamente, verdadeiros. Se absolutamente não se pode averiguar o valor de verdade das teorias, pode-se ao menos compará-las relativamente uma a outra. No caso de serem contraditórias, isto é de serem uma a negação da outra, sabemos que ou a primeira tese é falsa, ou a segunda tese é falsa ou ambas são falsas. Não ocorrerá nunca, pois é uma impossibilidade filosófica, é que ambas sejam verdadeiras.

⁴ Adágio latino que reza que entre termos contraditórios, um meio termo é impossível. Entre o contingente e o necessário não há um terceiro termo assim como entre causa e efeito não existe mediação.

⁵ Aliás, o silogismo que resulta numa contradição, i.e. que deduz o contraditório de uma de suas premissas é denominado por Aristóteles de **refutação** (élenkhos) – Primeiros Analíticos II 20, 66 b 11; Refutações Sofísticas I, 165 a 2-3.

⁶ Aqui sabemos estar em confrontação com a tese de Boltzmann assim como é definida em “Cosmologia e Pluralismo Teórico” (apud RIBEIRO; VIDEIRA, 1995). De fato, por mais que concordemos que é difícil asseverar sobre a verdade absoluta de uma teoria, entendemos razoável que se o possa de modo relativo. Sem embargo, “é impossível simultaneamente afirmar e negar um mesmo predicado de um mesmo sujeito” (BERTI, 1998, p. 7; ARISTÓTELES, 1990, p. 167).

real e a adequação com a ideia, as matizes das práticas são variações sobre um mesmo tema. A fim de refletirmos sobre estas duas possibilidades, que em resumo reúnem os princípios de verificação de teorias científicas mais comuns, nos deteremos em analisar seus argumentos e conclusões. Agora apresentaremos os princípios em seus dois modos de apresentação mais peculiares.

1. Matematização

Por um lado, parece que o princípio que melhor ouve a língua da natureza e que a descreve de modo mais exato é a formalização do conhecimento. Realmente, ou fundamenta-se a ciência sustentando-a sobre aquilo que é em si mesmo contingente, imperfeito, impreciso e particular, enfim, no que é material e então se terá como critério de verificabilidade a experiência; ou pode se ter como “pedra de toque” o que é necessário, universal, preciso, perfeito, enfim formal. Eis o critério lógico-matemático! Ora, fazer ciência do que é, *mas poderia não ser* é subverter o sentido mesmo da ciência, que é válida sempre e para todos. Assim, parece que o princípio de verificabilidade dos conhecimentos científicos mais confiável é a redução a princípios matemáticos. Aliás, é o que nos aconselha Descartes:

Considerando que, entre todos os que precedentemente buscaram a verdade nas ciências, só as matemáticas puderam encontrar algumas demonstrações, isto é, algumas razões certas e evidentes, não duvidei de modo algum que não fosse pelas mesmas que eles examinaram (DESCARTES, 1973, p. 47).

De fato, uma das posturas mais utilizadas ultimamente na ciência é verificar a coerência interna das novas hipóteses concomitantemente a sua “boa convivência” com teorias maiores ou mais abrangentes – denominadas meta teorias. Assim, muitos cientistas ao lerem um artigo sobre física, antes de qualquer coisa, examinam a coerência interna do texto e depois “esfregam” a nova hipótese na Teoria da Relatividade Restrita, por exemplo, para garantirem que não há incongruências entre as hipóteses. Caso haja incompatibilidades, a nova teoria é previamente descartada, pois a Relatividade Restrita é uma meta teoria cujas outras devem estar a ela submetidas. Como não sentir a influência de Thomas Kuhn?

Perceba-se que nesta perspectiva epistemológica não se convoca a realidade para ser árbitro da disputa. É uma tensão entre hipóteses, leis e teorias científicas. Interessa apenas que as inferências lógicas a partir de certa premissa estejam corretas e que a nova teoria científica se adeque às teorias científicas majoritárias.

Além de ser caracterizado pela utilização de previsões totalmente des-

vinculadas da experiência, pois seus objetos não são perceptíveis⁷, este princípio de verificabilidade possui outras notas distintivas: primeiramente, dá caráter de realidade a resultados matemáticos desde que se enquadrem ao *mainstream* científico – é o que ocorre com a Teoria do *Big Bang* e o Efeito Doppler. Em segundo lugar, admite como razoável as teorias que possam ser mensuráveis ou descritas de modo matemático, como ocorre com a Teoria da Radiação Residual Cósmica, aceita previamente porquanto ratificava a meta teoria do *Big Bang* e que foi confirmada anos depois por Penzias e Wilson.

Logo, a esta postura daremos o nome de matematização, pois se caracteriza por adotar como princípio de verificabilidade dos conhecimentos científicos, isto é como princípio de boa tradução, a possibilidade de serem formalizados seja por mensuração, seja por adequação ou coerência a teorias maiores. Nesta reflexão, a redução do verdadeiro ao que é internamente lógico e coerente e ao que é matematizável se denominará matematização.

Não obstante, visto que acima identificamos duas notas distintivas no conceito que agora denominamos de matematização, cabe aqui um esclarecimento. A primeira nota diz respeito ao princípio enquanto é coerente e se harmoniza às teorias estabelecidas e faz referência ao logicismo ou coerentismo; a segunda trata do princípio enquanto passível de mensuração e quer referir ao matematismo. Por este motivo, sob o conceito de matematização, o qual diz respeito ao princípio de tradução da natureza que reduz o cognoscível ao que é formalizável, serão subsumidos os conceitos de matematismo, que reduz o cognoscível ao que é formalizável *por mensuração*, e logicismo, que reduz o cognoscível ao que é formalizável *por coerência ou por não-contraditoriedade*⁸.

2. Cientificismo

Por outro lado, parece que a tradução que melhor entende o que as coisas têm a nos dizer é a adequação das teorias à experiência. Na verdade, ou se fundamenta o conhecimento científico sobre conceitos que não possuem correlato real, desprovidos de conteúdos empíricos, enfim com o que é meramente possível; ou sobre experiências comprobatórias, sobre dados empíricos seguros, enfim com o real. Este é o critério cientificista! Malgrado as tentativas, pretender elaborar ciência a partir de conceitos meramente formais ou ideais põe em xeque a alavanca que movimenta o conhecimento científico que é a novidade qualitativa do conhecimento. Sem embargo, de premissas mentais só se chegam a conclusões mentais e, portanto, não há acréscimo real de conhecimento, só virtual. Aliás, essa é a crítica de Kant ao

⁷ Movimento retilíneo uniforme, Onda monocromática, Planos perfeitos são abstrações e não realidades. Diz Meyerson: "A prata pura é, como a alavanca matemática, o gás ideal ou o cristal perfeito... uma abstração" *Identité et Réalité* (DAUJAT, 1964, p. 20).

⁸ Cabe alertar que se pode ser um matemático ainda que se professe um empirismo ferrenho. É que o matematismo pode não se manifestar na gênese do conhecimento, todavia pode servir como critério: Tudo o que é verdadeiro deve ser passível de matematização. Eis o matematismo de um empirista ingênuo.

Argumento Ontológico de Anselmo e a maior crítica que o Cogito Cartesiano sofre há cinco séculos. Ao primeiro objeta-se que a necessidade lógica dos atributos divinos não implica em sua necessidade ontológica; ao segundo replica-se que a própria configuração do Cogito impede a existência do real (Solipsismo). Por estes motivos parece que o princípio de verificabilidade dos conhecimentos científicos mais seguro é a redução a princípios cientificistas. Eis o que Planck diz sobre isso: “As impressões sensíveis são a única fonte dos nossos conhecimentos” (PLANCK, 1941, p. 210)⁹. E Meyerson (1921, p. 84):

A ciência é essencialmente ontológica, não pode afastar-se da realidade... O físico que estuda a natureza não tem certamente a convicção de procurar apenas ligações entre as sensações mas, pelo contrário, está nitidamente convencido de penetrar num mistério que é independente da sensação em si mesma (MEYERSON, 1921, p. 84).

Sem embargo, outra das posturas mais recorrentes na ciência é averiguar se as experimentações e testes ratificam as novas teorias. Sob este prisma até as meta teorias devem ser avaliadas segundo a importância ou o descaço em “salvar o fenômeno”. Deste modo, o princípio de verificabilidade de teorias científicas não é a correta inferência de conclusões a partir de certas premissas, mas se a hipótese proposta resiste à investida dos novos dados experimentais. Sob este ângulo não é a lógica nem a matemática a “pedra de toque” do conhecimento senão o que é percebido pela experiência.

Aqui de nada interessa se as teorias são majoritárias ou se seus defensores ilustres. O argumento de autoridade torna-se impotente diante dos fatos – exemplo é a resistência de Einstein aos teoremas de Friedmann, que se findaram após a divulgação das descobertas comprobatórias de Hubble, em 1929. O cientificismo pode apresentar-se de várias maneiras e duas delas são: primeiramente, quando o princípio de verificabilidade da teoria científica é a experiência nela mesma, sem possibilidade de nada além. Segundo, quando o princípio de verificabilidade da teoria científica é principiado na experiência, mas não se limita a ela.

A esta postura daremos o nome de cientificismo pois se caracteriza por adotar como princípio de verificabilidade dos conhecimentos científicos a possibilidade de serem provados na ou a partir da experiência científica. Portanto, a redução do verdadeiro ao que é verificável experimentalmente se denominará, nesta pesquisa, cientificismo.

Não obstante, visto que acima identificamos duas notas distintivas no conceito que agora denominamos de cientificismo, cabe aqui um esclarecimento. A primeira nota trata do princípio enquanto iniciada na experiência

⁹ E mais: “A física tem por fim explorar o mundo exterior... O fim ideal pretendido pelo físico é pois o conhecimento do mundo real e exterior” (Cf. PLANCK, 1941, p. 5 e p. 211).

e se refere ao empirismo; a segunda distinção aventa o princípio enquanto encerrado nos limites da experiência e diz respeito ao positivismo. Por este motivo, sob o conceito de cientificismo, que como o entendemos significa o princípio de verificabilidade caracterizado por admitir como cognoscível somente o que pode ser provado, serão subsumidos os conceitos de empirismo, que reduz o cognoscível ao que pode ser provado *a partir da experiência*, e positivismo, que reduz o cognoscível ao que pode ser provado *na experiência*.

3. De volta às coisas mesmas

A análise dos modos atuais de se fazer ciência nos revela que a matematização e o cientificismo esperam ouvir o que os objetos têm a dizer, mas segundo o modo como ele diz, isto é ou no modo matematizado ou cientificizado. Todavia, a expectativa exclusivista de que o real fale ou matemática ou cientificamente não é sustentável. Sem embargo, o cientificismo, por mais que resistam os cientistas, é um axioma filosófico e não científico. Afinal, afirmar que todo o conhecimento deve ser provado não é uma premissa que se deduza de qualquer experiência, portanto é uma premissa filosófica.

O mesmo ocorre com a matematização. Ela igualmente não pode ser critério para verificabilidade do valor de verdade das teorias científicas, pois possui como axioma fundamental que todo saber verdadeiro deve ser matematizado. Ora, e este saber axiomático? Que régua pode medir seu valor de verdade? Logo, a matematização não pode servir como critério nas realidades físicas.

Cientificismo e matematização, juntamente com suas derivações, pecam por reduzir o princípio de verificabilidade do real a um aspecto apenas: ou ao lógico-matemático, ou ao experimental. Nesse ponto a hermenêutica pode facilitar a compreensão. Ora, a realidade é multifacetada. Disse Aristóteles (1990, p. 308) com razão: “o ser se diz de muitas maneiras”, a produção de conhecimento científico pode ter fontes bastante diferentes uma das outras. Não se pode, como premissa absoluta e anterior a qualquer experimento, valorizar o objeto formal em detrimento do material, nem o contrário. Reduzir arbitrariamente o cognoscível ao mensurável é uma falha grosseira. O mesmo ocorre com o cientificismo. Se a pergunta sobre a verdade pode soar estranha ou sem sentido para o matemático ou para o físico, é porque a verdade é antes de tudo um problema humano e não apenas uma questão científica (PHILIPPE, 1990). E porque os matemáticos e físicos têm que abstrair o homem em sua pesquisa, não se colocam o problema da verdade. À filosofia, porém, a pergunta acerca do problema humano precede a pergunta do problema matemático ou científico (MORFIN, 1990, p. 3)¹⁰.

¹⁰ “Ainsi donc, mieux connaître la spécificité e la portée propre de la pensée scientifique ne peut que contribuer à mieux comprendre l’originalité du mode de penser philosophique, menacé à tout moment par la tentation positiviste si prompte à attribuer à la science un monopole de rationalité et à la détourner de sa véritable vocation”.

Muito embora as atividades científicas se esforcem por tratar do real nele mesmo, isto é por ouvir o que as coisas têm a dizer, elas ainda pecam pelo modo de auscultar as coisas. É Thomas Kuhn quem nos diz que o pesquisador, quando efetua experimentos, não os aborda de modo ingênuo, mas sempre o faz a partir de um Paradigma dado: "O que ocorre durante uma Revolução Científica não é totalmente redutível a uma reinterpretação de dados estáveis e individuais" (KUHN, 2001, p. 157). E mais:

As operações e medições, de maneira muito mais clara do que a experiência imediata da qual em parte derivam, são determinadas por um Paradigma. A ciência não se ocupa com todas as manifestações possíveis no laboratório. Ao invés disso, seleciona aquelas que são relevantes para a justaposição se um Paradigma com a experiência imediata, a qual, por sua vez, foi parcialmente determinada por esse mesmo Paradigma (Ibid., p. 128).

Enfim, o mundo e as experiências que temos dele são de alguma forma permitidos no e a partir do Paradigma vigente, de modo que este último determina os modos de percepção daquele. Não se pode, portanto, desejar ouvir os objetos ao modo de quem fala, mas a única maneira de os ouvir é auscultá-los à maneira do ouvinte. Esta pode ser uma fraqueza, mas também é uma riqueza. De fato, só assim se podem perceber os meandros que entrelaçam ser e conhecer.

Dois noções nos parecem ser fundamentais aqui e Gadamer e Kuhn concordariam com suas conclusões. A primeira é a suspeita que o processo científico se move sempre a partir de *éndoxa*, isto é de *opiniões geralmente aceitas*¹¹. E aqui não se quer fazer nenhuma crítica, pois entendemos que de fato nenhuma demonstração é possível se a todo instante tivermos que demonstrar nossas premissas. Toda compreensão se dá a partir de algo que já deve estar compreendido. Ao mesmo tempo, entendemos que este é um dado importante, pois vulgarmente ainda se tem a ideia fantasiosa de demonstração *ad infinitum*. A segunda noção que nos importa - e que decerto decorre da anterior muito embora Kuhn não se refira explícita e demoradamente a ela - é a da circularidade da ciência. Sem embargo, não é de domínio público que todo conhecimento parta de algo prévio, algo já conhecido e assentado, sobre o que se pode acrescentar sempre algo novo. A grande novidade que Gadamer traz para a filosofia contemporânea é também um grande desafio para a ciência de nossos tempos. É aceitar que "os preconceitos de um indivíduo são, muito mais que seus juízos, a realidade histórica de seu ser" (GADAMER, 1999, p. 416).

¹¹ Aqui é necessária uma explicação. Aristóteles afirma que há um critério para determinar quais os *éndoxa* válidos. Ei-lo: "São opiniões 'geralmente aceitas' aquelas que todo mundo admite, ou a maioria das pessoas, ou os filósofos - em outras palavras: todos, ou a maioria, ou os mais notáveis e eminentes" (ARISTÓTELES, 1967, p. 518).

Conclusão

Embora Thomas Kuhn não aborde o tema nesses termos, a questão da valorização da Tradição e da Autoridade já está posta desde sempre na problemática do Paradigma. Sem embargo, a crise que se segue à ciência normal e antecede ao novo Paradigma é nada menos que isso: a tensão entre a Tradição e a descoberta. De fato, em Kuhn o conhecimento científico nunca é construído sobre uma “tabula rasa”, mas sempre em diálogo, sempre em discussão com um Paradigma vigente. Enfim, o conhecimento se move sempre em relação a um Paradigma, seja para contestá-lo, seja para ratificá-lo. É isso que sustenta Gadamer (1995):

Toda experiência é confronto, já que ela opõe o novo ao antigo, e, em princípio, nunca se sabe se o novo prevalecerá, quer dizer, tornar-se-á verdadeiramente uma experiência, ou se o antigo, costumeiro e previsível reconquistará finalmente a sua consistência. Sabemos que, mesmo nas ciências empíricas, como Kuhn (2001) em particular o demonstrou, os conhecimentos novamente estabelecidos encontram resistências e na verdade permanecem por muito tempo ocultos pelo ‘paradigma’ dominante. O mesmo ocorre fundamentalmente com toda experiência. Ela precisa triunfar sobre a tradição sob pena de fracassar por causa dela. O novo deixaria de sê-lo se não tivesse que se afirmar contra alguma coisa.

Não por acaso, Gadamer faz referência duas vezes a Thomas Kuhn em suas obras. A primeira delas foi em 1975, na introdução às conferências realizadas pelo nosso autor em 1958, em Louvain. Quando da edição inglesa destas conferências, Gadamer prepara uma introdução a esta obra, e nela cita Thomas Kuhn. A segunda referência é numa nota da 5ª edição alemã de Verdade e Método (1986 provavelmente). Lá, no capítulo que trata da reabilitação da autoridade e da Tradição, ele se limita a dizer que “esta questão parece ser bem mais complicada desde Thomas Kuhn” (GADAMER, 1999, p. 425).

Na primeira referência, já citada nesta reflexão, Gadamer identifica-se com a reflexão de Kuhn. A percepção de certa semelhança entre os autores parece bastante clara. A valorização da Tradição e o papel do Paradigma no ato do conhecimento têm papéis muito assemelhados, pois em ambos aspectos o processo de aquisição de sabedoria nunca é dado imediatamente e a partir do limbo, mas sempre parte de um horizonte de conhecimento que é aquele do pesquisador ou do cientista.

De fato, Gadamer e Kuhn possuem muitas afinidades. Eles voltam às coisas mesmas, mas não como o movimento do *Aufklärung* imaginava. Nem um, nem outro tem a pretensão vã de ouvir o objeto ao modo do objeto, pois ambos sabem que, caso se possa ouvir qualquer coisa, só se poderá fazê-lo ao modo do ouvinte. As abordagens científicas ou matematicistas da realidade são insuficientes menos por seus métodos do que por suas premissas filosóficas exclusivistas.

*Conhecimento & Diversidade, Niterói, n. 12, p. 78–89
jul./dez. 2014*

Referências

- ARISTÓTELES. **Primeiros analíticos**. The Complete works of Aristotle. Vol. I. Tradução J. L. Ackrill. Princeton: Princeton, 1984.
- _____. **Refutações sofísticas**. The Complete Works of Aristotle, Vol. I. Tradução J. L. Ackrill. Princeton, 1984.
- _____. **Metafísica**. Madrid: Ed. Gredos, 1990.
- _____. **Tópicos**. The Complete Works of Aristotle, Vol. I. Tradução J. L. Ackrill. Frankfurt: Minerva, 1967.
- BERTI, Enrico. **As razões de Aristóteles**. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.
- BLACKWOOD, Oswald H. et al. **Física na escola secundária**. São Paulo: Mec, 1962.
- DAUJAT, J. **Física moderna e filosofia tradicional**. Belgique: Éditeurs Desclée & Cie. Tournai, 1964.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Langage et vérité**. Paris: Gallimard, 1995.
- _____. **L'art de comprendre**. Ecrits I, Pierre Fruchon (Org.). Tradução de Marianna Simon. Paris: Aubier Montaigne, 1982.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad.: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Afrodique Morujão. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MEYERSON. **L'explication dans les sciences**. Paris: Payot, 1921.
- MORFIN, Bruno. **Vérité de la connaissance scientifique** – Cahiers de l'Université Libre des Sciences de l'Homme. Mathématiques et Sciences de la Nature. Janvier, 1990, Bulletin Periodique n. 4.
- PALMER, Richard E. **Hermenêutica**. Lisboa: Ed. 70, 1969.
- PLANCK, Max. **Initiations à la physique**. Paris: Flammarion, 1941.
- RIBEIRO, M. B.; VIDEIRA, A. A. P. Cosmologia e pluralismo teórico. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 2, n. 4, Dec. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11021>>. Acesso em: 19 out. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662004000400004>.
- TOMÁS DE AQUINO, Santo. **Opera Omnia cum hypertextibus**. Milão: R. Busa, Editora Elletronica Editel, 1992. 1 CD-ROM.

*Conhecimento & Diversidade, Niterói, n. 12, p. 78–89
jul./dez. 2014*